

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

CAIO TOURINHO LOPES

**A INFLAÇÃO CONTROLADA E A MELHORA DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO
BRASIL APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL**

Porto Alegre

2011

CAIO TOURINHO LOPES

**A INFLAÇÃO CONTROLADA E A MELHORA DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO
BRASIL APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre

2011

CAIO TOURINHO LOPES

**A INFLAÇÃO CONTROLADA E A MELHORA DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO
BRASIL APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2011.

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi - orientador
UFRGS

Prof. Me. Ário Zimmermann
UFRGS

Prof. Ma. Maria Aparecida de Souza
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a meus pais que fizeram o possível, o improvável e o impossível para me fazer a pessoa mais feliz do mundo, que trabalharam em pró da minha educação e da minha saúde, mantendo sempre o sorriso no rosto mesmo nos momentos mais difíceis.

Agradeço, também, às minhas famílias, gaúcha e baiana, que me ajudaram e me deram todo o apoio que eu precisava para poder crescer com a felicidade ao meu lado.

*"A economia atual não é apenas uma arte de estabelecer empresas
lucrativas, mas uma ciência capaz de ensinar os métodos
de promover uma melhor distribuição do bem-estar coletivo. "*

Josué de Castro

*"A economia só será viável se for humana,
para o homem e pelo homem."*

Papa João Paulo II

RESUMO

O estudo realizado neste trabalho tem como objetivo demonstrar ao longo do tempo, como a estabilidade monetária, garantida pela implantação do Plano Real no Brasil auxiliou no processo de melhora da distribuição de renda. Como, em um país que foi considerado o de maior desigualdade social no mundo e em que a inflação corroía o salário de milhões de trabalhadores, a estabilidade monetária, adquirida com tanto esforço, foi capaz de melhorar o planejamento estratégico de governo e empresas, e a capacidade de mensuração do valor real da moeda e do trabalho, melhorando os índices de distribuição de renda ao longo, principalmente, dos anos 2000, garantindo a saída de uma grande camada da população da pobreza e uma redução dos ganhos extraordinários da camada mais rica.

Palavras-Chave: Plano Real, Inflação, Coeficiente de Gini, Distribuição de Renda.

Classificação de acordo com o JEL: E52. I38. O15.

ABSTRACT

The study in this work aims to demonstrate throughout time as monetary stability, guaranteed by the Real Plan in Brazil helped the process of improvement in income distribution. How, in a country that was considered the most social inequality in the world and which inflation eroded the salary of millions of workers, monetary stability, acquired with so much effort, was able to improve the strategic planning of government and business, and ability to measure the real value of money and employment by improving the rate of distribution of income throughout, mainly from the year 2000, ensuring the output of a large proportion of the population out of poverty and lower extraordinary gains layer richer.

Key Words: Real Plan, Inflation, Gini coefficient, Income distribution.

JEL Classification Numbers: E52. I38. O15.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Inflação 1986 – 1999	16
Gráfico 2 – Desvalorização do Câmbio no início do ano de 1999	19
Gráfico 3 – Coeficiente de Gini – Brasil 1976 – 1993	26
Gráfico 4 – Coeficiente de Gini – Brasil 1995 – 2001	27
Gráfico 5 – PIB brasileiro X R\$/US\$ – Brasil 2001 – 2009	29
Gráfico 6 – Coeficiente de Gini – Brasil 2001 – 2009	29
Gráfico 7 – Distribuição de Renda e Inflação – 1980 – 1993	37
Gráfico 8 – Inflação e Coeficiente de Gini – 2001 – 2009	40

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1 – Exportação e Importação – Balança Comercial 1990 – 2000.....	18
Tabela 2 – Regime de metas para a inflação 1999 – 2009	21
Figura 1 – Curva de Lorenz.....	23

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 INFLAÇÃO NO BRASIL E A IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL	13
2.1 OS DIVERSOS TIPOS DE INFLAÇÃO E O TIPO BRASILEIRO	13
2.2 ANTECEDENTES DA IMPLANTAÇÃO E COMO ESTA OCORREU.....	14
2.3 A ESTABILIDADE MONETÁRIA GARANTIDA COM A IMPLANTAÇÃO.....	17
2.4 REGIME DE METAS PARA A INFLAÇÃO E OS ANOS 2000.....	19
2.4.1 A instalação do Regime de Metas para a Inflação	19
2.4.2 Os anos 2000	20
3 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL	23
3.1 A CURVA DE LORENZ E O COEFICIENTE DE GINI	23
3.2 A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA ANTES DO PLANO REAL.....	24
3.3 O IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	25
3.4 ANOS 2000 E A MELHORA NOS DADOS DE DISTRIBUIÇÃO	27
3.5 POLÍTICAS SOCIAIS DOS GOVERNOS FHC E LULA	31
3.5.1 Antecedentes	31
3.5.2 Governo Fernando Henrique Cardoso 1995 – 2002	31
3.5.3 Governo Luis Inácio “Lula” da Silva 2003 – 2010	33
3.5.4 Diferenças e igualdades entre as políticas sociais dos governos FHC e Lula ...	34
4 A ESTABILIDADE MONETÁRIA E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	36
4.1 A INFLUÊNCIA DA INFLAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	36
4.2 COMO A INFLAÇÃO CONTROLADA INFLUIU NA MELHORA DA DISTRIBUIÇÃO A PARTIR DOS ANOS 2000	38
4.3 O FUTURO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL COM A INFLAÇÃO CONTROLADA.....	40
5 CONCLUSÃO	43
6 REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

Em todas as pesquisas de distribuição de renda, o Brasil é visto como um dos países com pior nível de distribuição, em que uma pequena parcela da população tem grande parte da renda e dos ativos financeiros em seu poder e uma grande parte desta população vive em uma camada econômica de miséria e pobreza. Entretanto, os dados econômicos apontam uma melhora significativa na distribuição de renda no país, a partir, principalmente, dos anos 2000, garantindo melhores índices de igualdade e de desenvolvimento das camadas mais pobres da sociedade.

Grande parte desta melhora é devido à estabilização monetária proporcionada pela implantação do Plano Real no ano de 1994, o qual se mostrou eficaz, após os fracassos do Plano Cruzado e dos Planos Collor I e II, além de diversos outros planos para conter o aumento elevado de preços.

O tema sempre foi objeto de discussão no país. Nas décadas anteriores a implantação do Plano Real a inflação foi, muitas vezes, o foco principal das políticas públicas, pois, quando não há um controle inflacionário, há um ambiente de incerteza que desfavorece o planejamento, afetando as decisões de investimento do governo, das empresas e do povo, ou seja, os cidadãos de um país não conseguem planejar a sua renda para os meses subsequentes ao que estão, assim, isso interfere na distribuição de renda das famílias, pois estas não conseguem garantir uma poupança devido à dificuldade de não conseguir mensurar quanto realmente vale a moeda nacional. O setor público não garante, sem um planejamento adequado, políticas sociais, pois primeiro é necessário um orçamento para cada setor da economia, com a moeda imensurável não se consegue ter esse planejamento e a qualidade dos serviços dos órgãos públicos cai. E o investimento privado no país não acontece, pois os empresários não podem dizer ao certo quanto será seu lucro e se vale a pena, ou não, investir no país. A distribuição de renda ganha força nas discussões de desenvolvimento econômico, pois para um sistema capitalista, realmente, estar em vigor, a distribuição de renda tem um grau de importância elevado, há uma preocupação dos empresários para um melhor desenvolvimento neste setor, pois quanto maior o número de pessoas com renda em um país,

maior o volume de produtos em circulação e, maior a taxa de variação do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todas as riquezas produzidas no país.

Foram feitos diversos planos, desde a década de 60, para que este controle obtivesse um sucesso real. O Plano de Metas, plano brasileiro introduzido no governo de Juscelino Kubitschek e “primeira experiência efetivamente posta em prática de planejamento governamental no Brasil” (LAFER, 1970, p. 30) não tinha o sentido de combater a inflação, e sim de desenvolver a indústria brasileira a partir de metas pré-estabelecidas. Porém, o aumento excessivo de preços durante e após o Plano de Metas “acumularam-se distorções e inflexibilidades que impossibilitaram ao mercado a possibilidade de por si só corrigi-las” (MARTONE, 1970, p.70). Foi instalado, então, o Plano Trienal, plano dedicado, ao combate a alta inflacionária de 78% em 1963, planejando o retorno ao desenvolvimento, pois o PIB brasileiro havia estagnado o crescimento que teve nos anos anteriores, e isto podia ser explicado pelos altos índices de preços. Desde então, os planos econômicos brasileiros seriam dedicados, principalmente, ao controle da inflação quando não houvesse crescimento econômico.

Somente com a implantação do Plano Real, os índices de inflação no Brasil se mantiveram de certa forma, constantes, com uma estratégia de âncora cambial entre a moeda doméstica: Real (R\$) e uma moeda de peso no mercado internacional: Dólar americano (US\$), além de uma taxa de juros elevada, a qual garantia a entrada de divisas no Estado, mantendo a moeda estável e a melhora no nível de investimentos.

Como salientou o então Presidente da República, Itamar Franco no discurso de lançamento do Plano Real: “A inflação que tem cobrado dos mais pobres, daqueles que não tem como se proteger, o mais pesado de todos os impostos” (FRANCO, 1994). A inflação descontrolada cria uma ilusão monetária, a qual os mais pobres não conseguem mensurar e acabam sendo prejudicados nos seus rendimentos salariais e nas transações financeiras que efetuam, causando uma maior desigualdade na renda da população.

Nesse trabalho será investigada a melhora real na distribuição de renda do povo brasileiro a partir da implantação do Plano Real e a relação que essa melhora tem com o fato de a inflação estar controlada. Digo por inflação controlada um cenário em que os índices de preços não tenham grandes variações no período analisado.

2 INFLAÇÃO NO BRASIL E A IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL

2.1 OS DIVERSOS TIPOS DE INFLAÇÃO E O TIPO BRASILEIRO

A inflação é um fenômeno monetário em que há um aumento geral de preços, ou quando uma moeda perde seu valor. Há diversos meios de esse aumento ocorrer. Os tipos mais comuns de a inflação ocorrer são: inflação de demanda e inflação de custos.

A inflação de demanda é aquela que ocorre quando há uma demanda elevada por um produto específico e esse produto não tem uma quantidade em oferta suficiente para a procura elevada. Esse aumento dos preços busca o equilíbrio entre a oferta e a demanda dos produtos. Já a inflação de custos acontece quando há por motivos específicos aumento nos custos de produção das empresas. Esse aumento de preços pode ser derivado de fenômenos e políticas monetários, como aumento das taxas de juros, ou da taxa de câmbio, como pode ocorrer devido a aumento dos insumos.

Mas o aumento de preços que atingia o Brasil na década de 80 tinha a inflação inercial como seu maior problema. Esta tem a memória inflacionária como o principal motivo pelo qual ela ocorre. Com as taxas de aumento de preços ocorrendo de forma crescente, a população, para se proteger do fenômeno, cria uma expectativa futura de inflação, indexando contratos de fornecimento, serviços e aluguéis à correção monetária, ou aumentando os preços de seus produtos, simplesmente seguindo a mesma taxa de aumento que ocorreu no período passado ou porque seus concorrentes aumentaram o preço das mercadorias. Esse meio de propagação da inflação, a partir da correção monetária é demonstrada pelo economista Mário Henrique Simonsen, em que “para Simonsen [...] correção monetária é o reajustamento periódico do valor nominal de preços contratados, sendo tais reajustes com base em números-índices observados de um índice de preços estabelecido em contrato. Os reajustes são automáticos por força de contrato” (RAMALHO, 2003, p. 225). Assim, com a correção monetária reajustando os preços, a inércia caracteriza o tipo de inflação que atinge o Brasil antes da implantação do Plano Real.

2.2 ANTECEDENTES DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL E COMO ESTA OCORREU

A inflação no Brasil estava descontrolada no final da década de 80 e início da década de 90 e o governo, com o objetivo de acabar com ela, instalou diversos Planos Econômicos, os Planos Cruzado, Bresser, Collor I e Collor II, que não obtiveram o sucesso esperado. Então o Programa de Estabilização Econômica, ou Plano Real (1993) nasceu entre muitas dúvidas acerca do resultado que poderia obter.

Fischer (1996, p. 8) salienta a necessidade de um governo que sofre com a inflação acelerada fazer o máximo para desacelerá-la: “Opinion polls [...] leave no doubt that high inflation is politically unpopular [...] and history confirms that high rates of inflation are both socially disruptive and in extremis associated with political and social disorder”, com isso, o governo brasileiro tentaria de todas as formas com o novo Plano instalado, conter a inflação no país para melhorar os índices de popularidade.

O país teve dificuldades de retomar um nível de crescimento, após a segunda crise do petróleo (1979) até a implantação do Plano Real, como o nível dos anos de “Milagre Econômico”, em que a economia brasileira teve altos índices anuais de variação positiva no Produto Interno Bruto (PIB), soma de todas as riquezas produzidas no país, ocorrendo de 1968 a 1973, quando o Sr. Antonio Delfim Neto era o Ministro da Fazenda e sendo considerado o grande arquiteto do crescimento brasileiro no período. Segundo Lacerda (2010, p.196), o país não tinha condições de crescer após a segunda crise do petróleo, devido aos limites de concessão de crédito do mercado internacional e das altas taxas de juros aplicadas:

“O mercado financeiro internacional tornara-se mais seletivo na concessão de financiamentos e isso dificultou o desempenho dos países endividados, como o Brasil. [...] o novo cenário contemplava não apenas a estagnação econômica, mas também a queda na taxa de investimento, o recrudescimento da inflação e o conseqüente agravamento das desigualdades sociais.”

Na medida de financiar a dívida externa, o governo emitia títulos públicos, já que não tinha acesso a financiamentos internacionais, causando um processo inflacionário contínuo e inercial, pois teria de emitir moeda na mesma proporção dos títulos. Este processo

inflacionário fazia com que a base de investimentos, no país, fosse de títulos de correção monetária, ou seja, que não exerciam um papel produtivo na economia. Assim, um dos principais pilares para a necessidade da estabilização da moeda era o de canalizar os investimentos especulativos da inflação para investimentos produtivos (FRANCO, 1994), o que não estava ocorrendo no período de dificuldade econômica.

A inflação atingia níveis alarmantes no começo da década de 90 e o governo, para tentar controlar essa elevada de preços, anunciava a abertura comercial, tornando os produtos importados com um preço acessível em comparação com os produtos nacionais. Mesmo diminuindo a inflação em curto prazo, essa volta a crescer até 1993, quando é implantado o Plano Real.

O Plano era composto, primeiramente, na sua implantação, de três fases: o Programa de Ação Imediata (PAI), a Unidade Real de Valor (URV) e a Nova Moeda, o Real. A primeira fase do Plano é dedicada a um ajuste fiscal para equilibrar as contas do governo, cortando gastos públicos de até US\$6 bilhões e delimitando o acesso ao crédito de Estados e Municípios que não estivessem com seus compromissos em dia com a União. O governo, nessa fase, também combate a sonegação fiscal e facilitava a privatização das estatais. Lacerda (2010, p. 200 e p. 201) aponta os motivos desses ajustes:

“O objetivo expresso pelo governo, para a realização do ajuste tributário, era o de criar condições para uma futura redução das alíquotas e a simplificação do sistema tributário, de modo a melhorar a eficiência e a competitividade da economia brasileira. [...] O passo seguinte foi reestabelecer as relações financeiras entre o governo federal e os estados e municípios, através de uma atuação que reduzisse as transferências de recursos federais para estados e municípios, regularizasse o pagamento da dívida vencida para com a União e impedisse o retorno de estados e municípios ao endividamento insolúvel. [...] Além disso, a privatização das estatais era uma necessidade para se conseguir o equilíbrio financeiro, uma vez que estas consumiam importantes recursos. [...] Com a privatização o governo também esperava transferir para o setor privado os custos de modernização da infraestrutura, necessária para o desenvolvimento do país.”

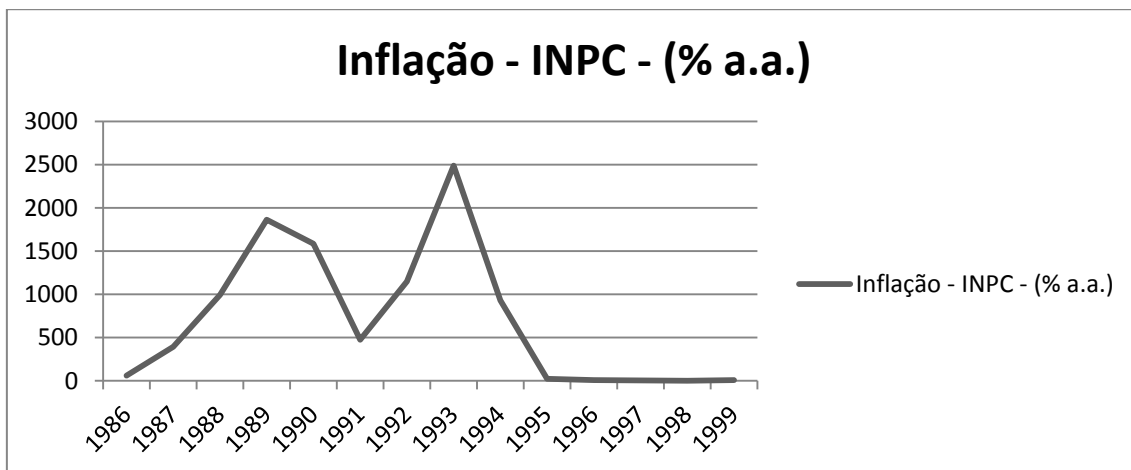
Essa etapa foi importante na medida em que o governo deixava de pôr moeda em circulação e recolhia impostos com a maior fiscalização, se financiando e retirando moeda do mercado.

A segunda parte do Plano era uma superindexação da economia, criando uma unidade de conta, a URV, indexada ao Dólar Americano (US\$1,00 equivalia a 1 URV) e, também, ao Cruzeiro Real, moeda implantada em 1993 pelo então Presidente da República, Fernando Collor de Mello, mas que se desvalorizava diariamente. A intenção de implantar essa unidade de conta era o de alinhamento dos preços relativos, definindo os custos e os preços finais das mercadorias.

A última etapa do Plano foi a implantação da nova moeda, o Real, no dia 1º de Julho de 1994, estabelecendo um regime de âncora cambial com a moeda americana de no máximo R\$1,00 = US\$1,00. A nova moeda e a âncora cambial foram, somente, definidas pela Lei nº9.069 em 29 de junho de 1995 que, segundo Silva (2002, p. 6) criou a nova unidade monetária e desenhou uma política monetária para manter o crescimento da moeda de acordo com as reservas de ativos internacionais. O governo passou, então, a financiar as contas públicas oferecendo altas taxas de juros, alimentando a entrada de divisas e, não mais, pela oferta massiva de moeda.

Em princípio, a inflação de 2.489% em 1993 caiu a um patamar de 21,98% em 1995¹, garantindo o começo da estabilidade monetária no país, como aponta o gráfico abaixo.

Gráfico 1: Inflação 1986 - 1999



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Ipeadata

¹ Fonte de dados: Ipeadata

2.3 A ESTABILIDADE MONETÁRIA GARANTIDA COM A IMPLANTAÇÃO

Para manter a estabilidade da moeda, de 1995 a 1999, “o Banco Central do Brasil formalmente adotou o sistema de bandas cambiais, estabelecendo os limites de flutuação” (SILVA, 2002, p. 8) que foram se ajustando ao decorrer do tempo, desvalorizando, aos poucos a moeda nacional perante o dólar americano, esse sistema estabelecia um teto e um piso para a flutuação em que R\$ 1,00 não poderia estar valendo menos que US\$ 1,00.

A estabilidade monetária garantida pelo Plano Real não garantiu em um primeiro momento, uma melhora na economia brasileira, pois, como explica Sandroni (1999, p.220), a estabilização monetária é associada:

“[...] a políticas monetárias efetuadas pelos bancos centrais para reduzir ou limitar as flutuações de uma moeda nacional [...] a estabilização significou não apenas intervenções dos bancos centrais no âmbito da política monetária, mas também nos planos fiscal, cambial, administrativo, etc”.

Já a estabilidade econômica é, como define o mesmo autor, a “situação de um país caracterizada pela ausência relativa de flutuações cíclicas. Depende basicamente do nível de produção, do emprego e dos preços, fatores que costumam flutuar em conjunto de forma cíclica”. As empresas nacionais e a população usufruíram da política de câmbio fixo de maneira a não contribuir para a melhora dos índices macroeconômicos do país.

Logo após o lançamento do Real, a inflação caiu a patamares extremos, mas o Produto Interno Bruto brasileiro não acompanhou essa estabilização. Houve, de acordo com Falcão Silva (2002, p.10), um fenômeno chamado *boom-recession* (crescimento-recessão) na economia brasileira, em que, no momento da estabilização monetária, o PIB teve um ligeiro aumento, mas voltou a diminuir o ritmo deste aumento no primeiro trimestre de 1995, crescendo a patamares muito baixos para um país em desenvolvimento.

Como em princípio, as taxas de juros elevadas e o limite de flutuação de R\$ 1,00 para cada US\$ 1,00 mantiveram o Real valorizado e a abertura econômica garantida em 1990 fez com que os produtos importados estivessem a um preço mais acessível que os nacionais, o consumidor opta, então, pelos produtos importados.

Tabela 1: Exportação e Importação - Balança Comercial

(em US\$ milhões)

Anos	Balança Comercial	Importações	Exportações
1990	10.752	20.661	31.414
1991	10.580	21.040	31.620
1992	15.239	20.554	35.793
1993	13.299	25.256	38.555
1994	10.466	33.079	43.545
1995	(3.466)	49.972	46.506
1996	(5.599)	53.346	47.747
1997	(6.753)	59.747	52.994
1998	(6.575)	57.714	51.140
1999	(1.199)	49.210	48.011
2000	(698)	55.783	55.086

Fonte: Ipeadata

Verificamos na tabela acima que a Balança Comercial brasileira, a partir da implantação do plano, constituiu em um déficit orçamentário, contraindo o PIB nacional.

O comportamento da população e das empresas em geral explica, em parte, a retração que ocorreu no PIB brasileiro nos primeiros anos de estabilização. O desemprego no país passou de 6,8% em 1993 para 10,4% em 1999², não havendo, então, um ambiente favorável para o crescimento das empresas locais e do PIB.

Entretanto, foi, segundo Castro (2001, p. 12 e 13), um período de modernização da indústria nacional em que esta comprava insumos e bens de capital, visando uma renovação da economia. Houve, também, um maior Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e privatizações no país, financiando o déficit da balança comercial nos primeiros anos de Plano Real.

Em 1997 houve a crise asiática, e em 1998 a declaração de moratória russa que fragilizaram o mercado internacional. O sistema de bandas cambiais não fornecia ao país proteção às crises mundiais, pois a perda de credibilidade das economias periféricas era evidente. Houve, então, uma liberalização da taxa de câmbio para que, após quatro anos de inflação controlada, a taxa cambial brasileira pudesse ser flutuante.

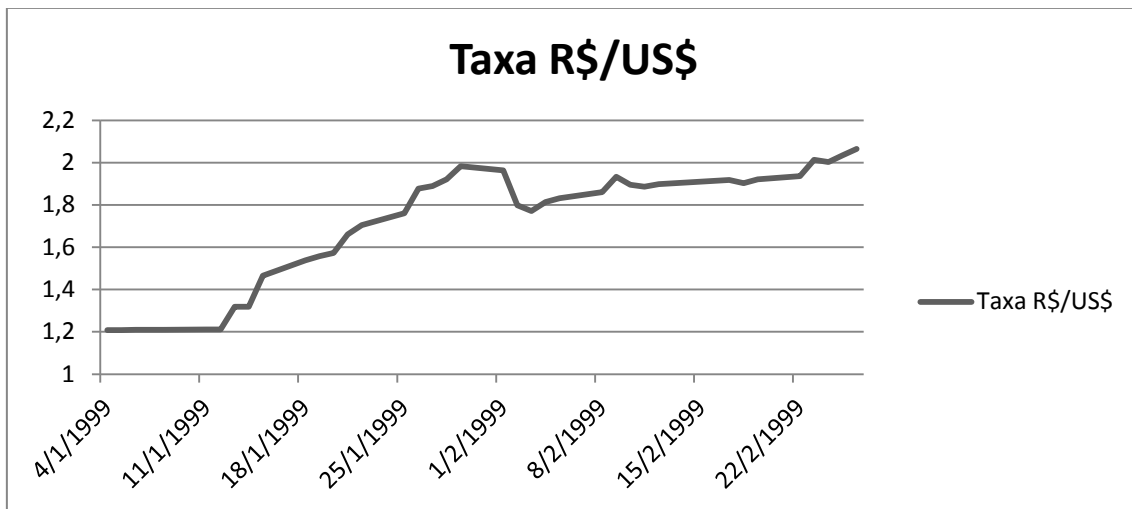
² Fonte de dados: Ipeadata

2.4 REGIME DE METAS PARA A INFLAÇÃO E OS ANOS 2000

2.4.1 A instalação do Regime de Metas para a Inflação

No começo do ano de 1999 houve a flexibilização da taxa cambial brasileira, pois não havia mais condições para que a taxa cambial estivesse artificialmente alta, isso afetava, prejudicialmente, a credibilidade do regime e as condições de crescimento econômico do país. A taxa cambial, então passou de fixa para flutuante no começo do ano. Esta, devido às pressões externas e à fuga de capital do país começou em um processo de desvalorização diário e no segundo mês do ano a taxa cambial já estava R\$2,00/US\$1,00.

Gráfico 2: Desvalorização do Câmbio no início do ano de 1999³



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Banco Central do Brasil

A partir deste momento houve críticas ao Plano Real, já que a pressão inflacionária era, com a desvalorização da moeda, muito alta.

O Banco Central, para manter a inflação em patamares aceitáveis e propícios ao desenvolvimento econômico instalou um novo regime chamado “Regime de Metas para a Inflação”, sistema que estava em vigor em países como Nova Zelândia, Suécia e Reino Unido

³Preço de venda do dólar americano da taxa livre de mercado de 01/02/1999 até 28/02/1999 e preços de venda de cotação de 01/01/1999 até 01/02/1999

(BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011). Este sistema buscava, acima de tudo, a continuidade da estabilização monetária e a credibilidade necessária para que as políticas de estabilização pudessem continuar a ser bem vistas no mercado nacional e no mercado internacional. O Banco Central fixaria uma meta para a inflação anual e interviria na economia para que essa meta fosse atingida, usufruindo da política monetária, a partir da taxa de juros básicos da economia, a Taxa Selic⁴.

A taxa de juros seria o maior instrumento contra a inflação. Elevando a taxa de juros básicos da economia, o Banco Central tinha o intuito de que a população optasse pela poupança de recursos ao invés do consumo, equilibrando a oferta e demanda de bens e serviços, não tendo uma elevação muito grande nos preços.

2.4.2 Os anos 2000

No começo do novo milênio, a inflação, com o regime de metas, estava controlada em um patamar aceitável, não passando da meta estabelecida nos dois primeiros anos do sistema, 1999 e 2000. Entretanto, o país no ano de 2001 estava sensível aos choques externos e internos que abateram a economia. O atentado terrorista de 11 de setembro e a desaceleração da economia mundial abateram a economia nacional de maneira a desvalorizar a moeda e causar a inflação acima da meta pré-estabelecida. A crise energética foi um fator interno que contribuiu para a elevada taxa de inflação, devido ao aumento dos preços administrados por contrato das tarifas de energia elétrica (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2002).

Nos dois anos seguintes a meta também não foi cumprida ocasionando uma pequena crise no regime de metas. Isso ocorreu, principalmente, devido à crise de confiança para com as eleições presidenciais, pois a inflação começou a se desencadear elevada em julho de 2002. Houve fuga de capitais do país, tanto de investimentos diretos, como de indiretos, elevando a taxa de câmbio, que superou a barreira dos R\$3,00/US\$1,00 em julho de 2002 e a inflação acumulada no ano em 12,53%. No início de 2003 a inflação continuava sua ascensão causando preocupação no governo brasileiro, mas, mesmo fechando acima da meta, em

⁴ Sistema Nacional de Liquidação e Custódia

9,3%⁵, a inflação do começo no ano se mostrou inercial, devido ao grande aumento ocorrido no fim de 2002 e no segundo semestre do ano houve uma desaceleração do índice geral de preços, devido à “recuperação da confiança nas perspectivas da economia e pela volta à normalidade macroeconômica” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004).

O período de 2004 a 2008 é marcado por um período de estabilidade em que não ocorreram crises externas e internas, criando condições para a melhora do desenvolvimento econômico nacional. O PIB brasileiro não foi menor do que 3% ao ano nesse período⁶, tendo a maior média de crescimento desde o final da década de 70 e início da década de 80. O Regime de Metas estava sendo cumprido e a inflação não caracterizava mais um problema para o governo brasileiro.

Mesmo com a crise americana de 2008, que fez com que o PIB nacional tivesse uma redução de -0,64% em 2009, em relação ao ano anterior, a inflação não atingiu o máximo estabelecido para a meta anual, mostrando que o sistema de metas, mesmo em um ambiente adverso de crise, não mais mostrava fragilidade.

Tabela 2: Regime de metas para a inflação 1999 – 2009:

Ano	Meta (%)	Banda (p.p.)	Limites inferior e superior (%)	Inflação efetiva (IPCA %a.a.)
1999	8	2	6-10	8,94
2000	6	2	4-8	5,97
2001	4	2	2-6	7,67
2002	3,5	2	1,5-5,5	12,53
2003*	3,25	2	1,25-5,25	9,30
	4	2,5	1,5-6,5	
2004*	3,75	2,5	3-8	7,60
	5,5	2,5	2-7	
2005	4,5	2,5	2,5-6,5	5,69
2006	4,5	2	2,5-6,5	3,14
2007	4,5	2	2,5-6,5	4,46
2008	4,5	2	2,5-6,5	5,90
2009	4,5	2	2,5-6,5	4,31

* a Carta Aberta, de 21/01/2003, estabeleceu metas ajustadas de 8,5% para 2003 e de 5,5% para 2004.

Fonte de dados: Banco Central do Brasil

⁵ Fonte de dados: Banco Central do Brasil

⁶ Fonte de dados: Ipeadata

A Tabela acima mostra as metas pré-estabelecidas e se essas superaram, ou não, o limite fixado. No período de 2004 a 2009 não houve um período em que a taxa de inflação superou a meta, contribuindo para o melhor desenvolvimento do país e para o melhor planejamento do governo quanto à utilização dos recursos.

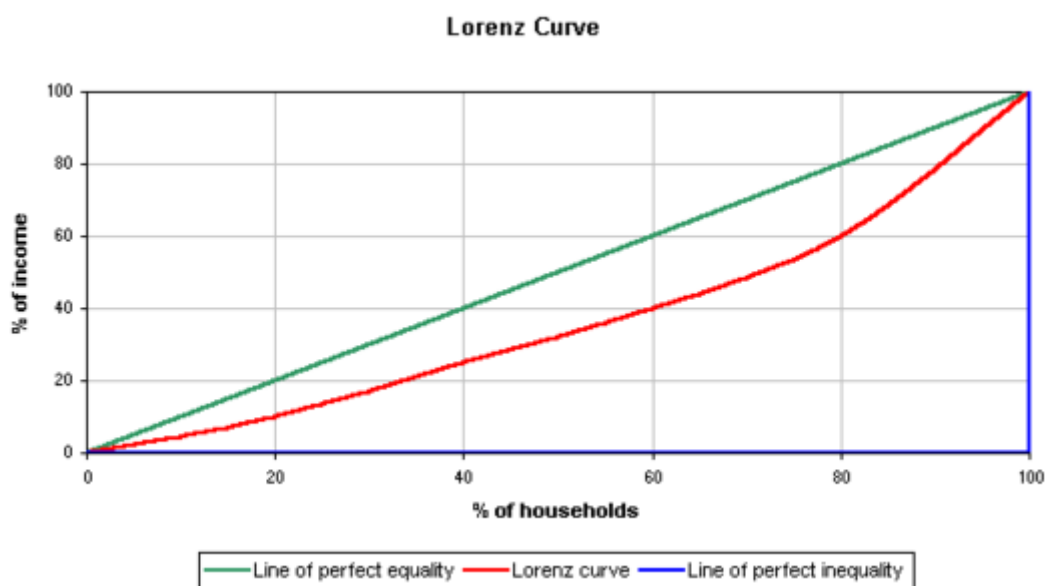
3 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

3.1 A CURVA DE LORENZ E O COEFICIENTE DE GINI

Há diversos indicadores para mensurar o grau de distribuição de renda nos países, dos quais os principais são o Coeficiente de Gini, o Índice de Theil-Atkinson e a Fórmula de Pareto. Por ser o mais utilizado para as estatísticas brasileiras e mundiais, utilizaremos o Coeficiente de Gini para mensuração da desigualdade de renda no Brasil.

O Coeficiente de Gini é calculado de uma forma peculiar, pois ele se utiliza da Curva de Lorenz:

Figura 1: Curva de Lorenz



Esse gráfico apresenta a linha de perfeita igualdade, onde “cada fração acumulada do número de pessoas corresponderia a uma igual fração acumulada da renda recebida” (HOFFMANN, 1972, p. 47); as linhas de perfeita desigualdade, formada pelos catetos do triângulo, que demonstram como seria a extrema desigualdade de distribuição da renda entre os habitantes; e a Curva de Lorenz, em que quanto mais próxima da base do gráfico, maior a desigualdade entre os habitantes.

O coeficiente de concentração de Gini é o quociente da área interna da linha de perfeita igualdade com a Curva de Lorenz e a área entre a linha de perfeita igualdade e a linha de perfeita desigualdade. Sendo assim, o coeficiente de Gini ficaria com valores entre 0 e 1, sendo 0 o grau de melhor distribuição de renda e 1 o coeficiente de pior distribuição de renda entre os habitantes da população analisada.

3.2 A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA ANTES DO PLANO REAL

No Brasil, a distribuição de renda sempre foi um problema social deixado de lado pelas políticas públicas. Desde a abolição da escravatura, no começo da República, a desigualdade de renda entre os cidadãos brasileiros era muito aparente. Assim o país foi se desenvolvendo, com altos índices de desigualdade, chegando ao ápice em 1989, segundo Hoffmann (2001, p. 70), “[...] naquele ano o Índice de Gini do rendimento das pessoas ocupadas com rendimento positivo atingiu 0,630 (IBGE, 1997:144). Isso colocava o Brasil como o mais desigual entre os países do mundo com dados confiáveis sobre a distribuição de renda”.

O país, assim como seus vizinhos, colonizado pelos países da Península Ibérica teve uma alta concentração da posse da terra (HOFFMANN, 2002), utilizando mão-de-obra escrava, o que favorecia a concentração da renda. Com o fim do regime de escravidão em 1889, aparentemente, houve uma alteração profunda na estrutura social do país com a introdução do assalariamento e, conseqüentemente, do capitalismo, mas tudo leva a crer que a alta concentração de renda continuou sendo uma característica da nossa distribuição.

“Até o final dos anos 60, no entanto, a inexistência de dados inadequados atrasou o início dos estudos de um dos mais perversos perfis distributivos do mundo contemporâneo” (BONELLI, 1993). A distribuição de renda no Brasil não era o foco principal de estudos e políticas públicas. Até a década de 60 o crescimento era o foco principal, e mais a frente, a inflação se tornou o centro das atenções do governo. Mesmo assim houve um avanço na preocupação no problema da distribuição da renda nacional, foi quando houve o *Censo*

*Demográfico*⁷ de 1960, o qual foi considerado adequado na compilação dos dados e estes foram disponibilizados à população. Portanto, os trabalhos criticando a distribuição de renda brasileira começaram a surgir, no final dos anos 60, com base nos dados do Censo.

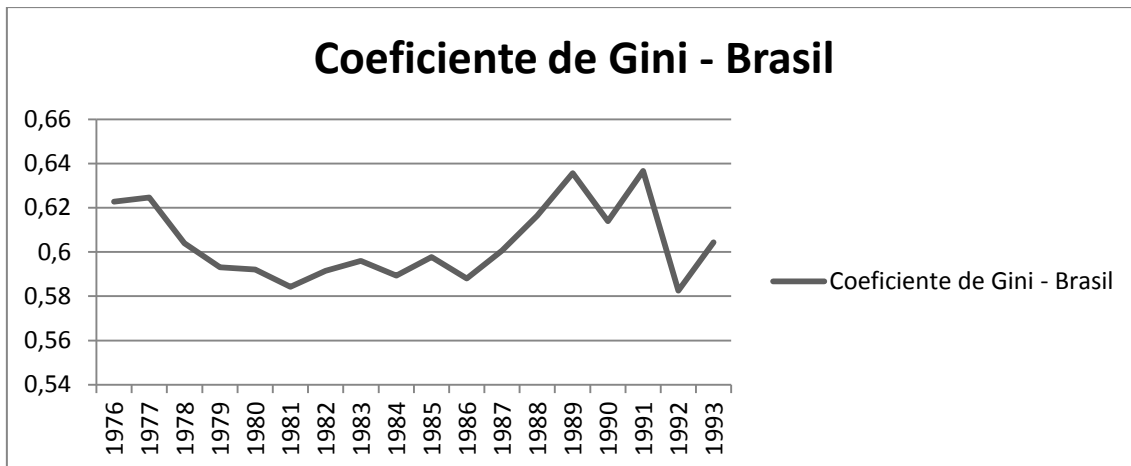
Além do Censo Demográfico, a partir de 1967, começou a ser feita a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), que é realizada anualmente e “tem como finalidade a produção de informações básicas para o desenvolvimento socioeconômico do País”. (IBGE, 2002). Essa pesquisa é realizada com uma amostra e verifica diversas características da população brasileira. Com isso, as informações do final da década de 60 eram suficientes para que surgissem trabalhos específicos criticando a má distribuição de renda do país.

As discussões sobre os dados de distribuição de renda aumentaram com a divulgação dos resultados do Censo de 1970, quando foi feita a comparação com o efetuado em 1960 e com as PNADs realizadas até 1970 de maneira trimestral. Foi demonstrado que a desigualdade na distribuição de renda havia aumentado consideravelmente, passando de 0,5 a 0,57 no Índice de Gini. Como eram anos do regime Militar, que fora instalado em 1964 no Brasil, a maior concentração de renda se tornara uma das principais críticas ao regime (HOFFMANN, 2002).

Desde o Censo de 1970 até a implantação do Plano Real em 1993, o Coeficiente de Gini não foi menor que 0,58, especificado no gráfico abaixo, mantendo os problemas de distribuição de renda no país.

⁷ “Pesquisa sobre a população, que possibilita a recolha de várias informações, tais como o número de habitantes, o número de homens, mulheres, crianças e idosos, onde e como vivem as pessoas e o trabalho que realizam” (Fonte: Wikipédia).

Gráfico 3: Coeficiente de Gini – Brasil 1976 - 1993



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Ipeadata e do IBGE (1980 e 1991)

Durante os anos 80 e início dos 90, a desigualdade de renda teve variações, mas se manteve em níveis altos. Ao contrário dos anos 60 e 70 em que o país passou por um período de crescimento da renda e do emprego, o período que envolve os últimos 14 anos anteriores ao Plano Real foi de grande dificuldade econômica e não havia investimentos em projetos de inclusão social e distribuição de renda devido à falta de recursos e o foco do governo estar voltado para o controle da inflação acelerada no país. Como destaca Bonelli (1993, p. 79), “chama atenção na análise desses resultados é que a desigualdade parece ter aumentado independentemente do contexto macroeconômico”.

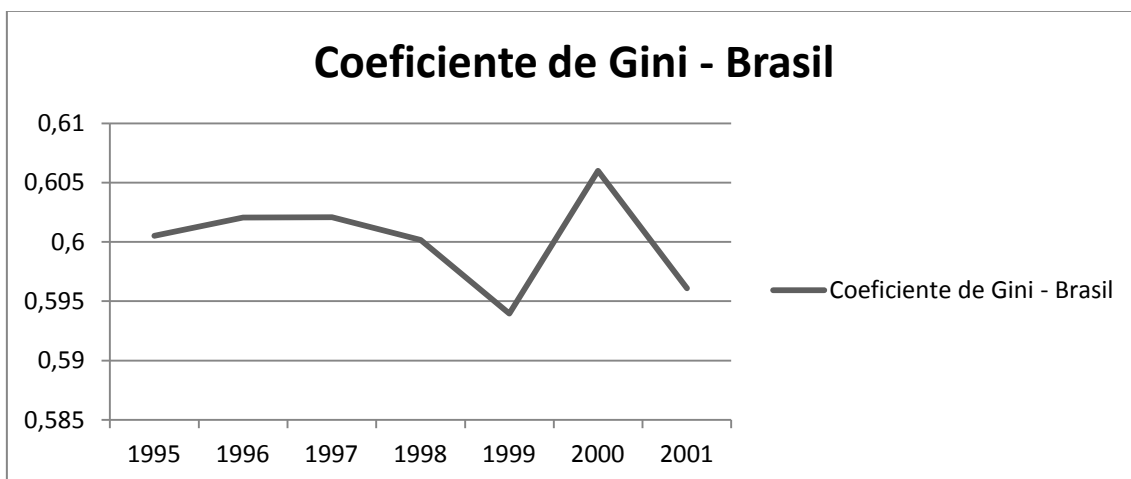
Os anos 80 foram de grande dificuldade econômica para toda a América Latina. Com essa dificuldade, a concentração de renda continuou em níveis alarmantes no Brasil, atingindo o patamar de 0,635⁸, o maior índice de desigualdade entre os países pesquisados. O governo acreditava que para melhorar os altos índices de desigualdade era necessário acabar com a inflação que atormentava a população havia mais de uma década. Em 1994 a inflação foi controlada com a implantação do Plano Real, mas as mudanças na distribuição de renda não ocorreram repentinamente.

⁸ Fonte: Ipeadata

3.3 O IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A primeira tarefa a ser cumprida com a implantação do Plano Real, foi o controle da inflação, o que foi garantida após anos e tentativas frustradas. A distribuição de renda estava em um segundo plano na etapa de implantação, pois nos primeiros anos de Plano, foram necessárias políticas macroeconômicas para que a inflação não voltasse a atingir patamares extremos como na década de 80. Acreditava-se que com a inflação controlada, a distribuição de renda iria melhorar automaticamente. Entretanto, como o período ainda era de instabilidade econômica no país, apesar da estabilidade monetária, a distribuição de renda se manteve nos mesmos patamares nos primeiros anos após o Plano Real.

Gráfico 4: Coeficiente de Gini – Brasil 1995 - 2001



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Ipeadata e do IBGE (2000)

Mesmo com os índices de distribuição de renda se mantendo estável, nos primeiros anos do Plano Real, em torno de 10 milhões de cidadãos deixaram a linha da pobreza⁹. Em 1993 tínhamos 27,8 milhões de indigentes e 59,4 milhões de pobres. Em 1999 o número de pobres e indigentes havia diminuído para 53,1 e 22,6 milhões, respectivamente, mostrando uma tendência de diminuição da pobreza no país. (BARROS *et al*, 2000, p. 3 e 4)

O baixo crescimento econômico dos primeiros anos posteriores ao plano fez com que o governo focasse na manutenção da estabilidade monetária e a distribuição de renda ficou em um segundo plano, entretanto, houve políticas sociais que melhoraram os índices de pobreza,

⁹ Linhas de pobreza e indigência utilizadas são as da região metropolitana de São Paulo.

principalmente, devido à Lei Orgânica de Assistência Social, sancionada em 1993, com a obrigação formal do governo de assistência às classes com menor renda e devido ao Programa Comunidade Solidária, programa específico com o cunho de redistribuição de renda e combate à pobreza no país. Apesar dessa redução no número de pobres, o câmbio fixo da moeda instalou o problema do desemprego no Brasil pelo fato da facilidade de adquirir produtos importados, não havendo o favorecimento das empresas instaladas no país, diminuindo a capacidade de redistribuição de renda.

Quando o câmbio brasileiro passou a ser flutuante em 1999, facilitou o reingresso de empresas multinacionais no país, com a desvalorização da moeda, aumentando as exportações, melhorando os índices macroeconômicos e colocando o governo em uma situação favorável para os programas de combate à pobreza.

3.4 ANOS 2000 E A MELHORA NOS DADOS DE DISTRIBUIÇÃO

A partir de 2001 até 2009, a renda per capita no Brasil não sofreu uma alteração substancial, sendo a melhora da situação econômica atribuída à melhora nos índices de distribuição, como especifica Hoffmann (2008, p. 9).

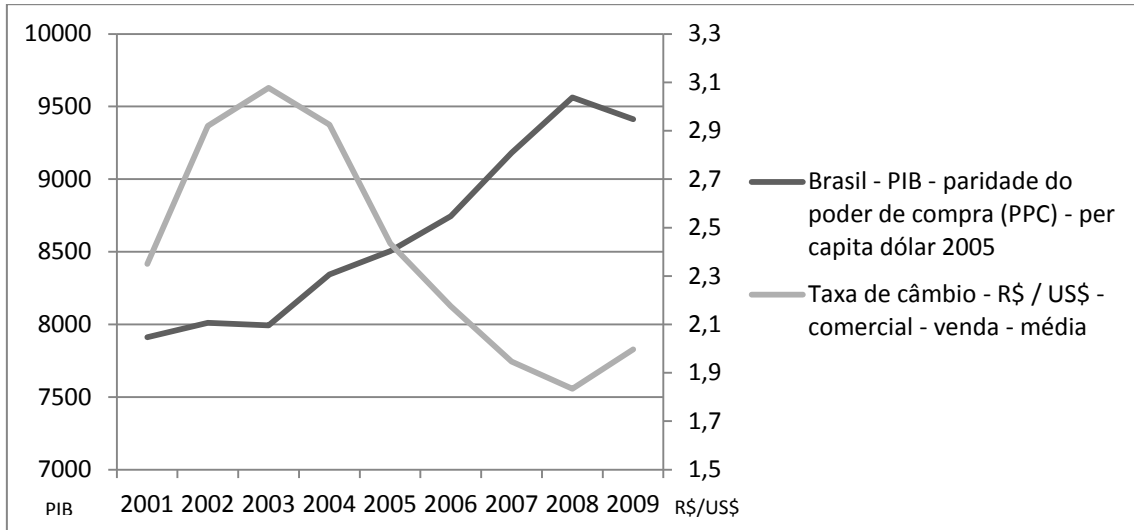
“As análises sobre a reeleição de Lula em 2006, por exemplo, indicam que o voto foi afetado pela relativa melhora da situação econômica da população de baixa renda, uma melhora que, sem ter sido acompanhada de um crescimento substancial da renda nacional per capita, só pode ser atribuída à redução da desigualdade da distribuição de renda.”

A renda per capita do país passou de US\$7.911,43 em 2001 para US\$9.413,78 em 2009¹⁰, entretanto a moeda americana sofreu uma desvalorização em relação à moeda brasileira no período, mostrando que o PIB per capita brasileiro não apresentou uma mudança significativa se utilizarmos a moeda padrão como sendo o Dólar Americano, principal moeda em circulação no mundo e principal fonte de comparação do Real. A análise de Hoffmann é

¹⁰ Produto interno bruto convertido para dólares internacionais usando as taxas de paridade de poder de compra. Um dólar internacional tem o mesmo poder de compra que o dólar americano nos EUA. Dados em dólares internacionais constantes de 2005.(Fonte: Ipeadata)

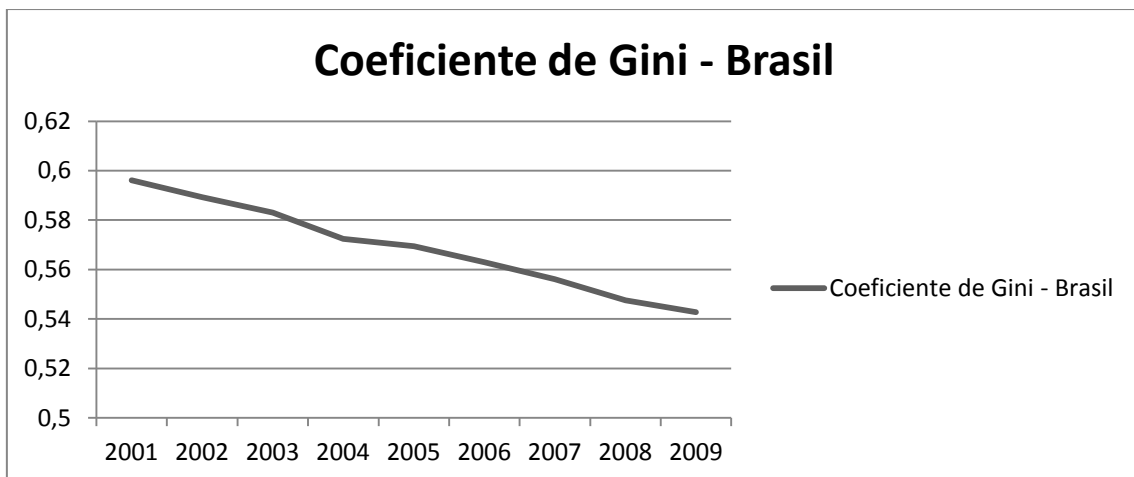
adequada à realidade apresentada, pois o índice de Gini calculado no Brasil de 2001 a 2009 apresenta uma melhora significativa da distribuição de renda, em que anualmente o índice apresenta queda. Em 2001, o índice de Gini calculado apresentou o resultado de 0,596, já em 2009, o índice chegou ao patamar de 0,542.

Gráfico 5: PIB brasileiro X R\$/US\$ – Brasil 2001 - 2009



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Ipeadata

Gráfico 6: Coeficiente de Gini – Brasil 2001 - 2009



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Ipeadata

Para comprovar o cálculo do coeficiente de Gini com tendência de queda, consideramos o crescimento anual da renda dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos. O grupo mais pobre teve um aumento de 7% na sua renda anual enquanto os mais ricos tiveram

um aumento de 1,1% na sua renda, demonstrando em que patamares a melhora da distribuição de renda no período ocorreu.¹¹ (BARROS *et al*, 2010, p. 18)

Mesmo que, de 2001 a 2003, o Brasil ainda apresentava certa estagnação econômica, tendo um crescimento abaixo dos 5% ao ano¹², e de 2003 a 2007 obteve um crescimento considerável para um país em desenvolvimento, a melhora na distribuição de renda, de acordo com Barros *et. al.*(2010, p. 29), é explicada pela mudança da renda derivada do trabalho por trabalhador, contribuindo, nos dois períodos com mais da metade da redução da desigualdade de renda. Este tipo de transferência de renda pode ser visto pela mudança do salário mínimo ao decorrer dos anos no país. Em maio de 1995, o salário mínimo brasileiro foi fixado em R\$ 100,00, sendo aumentado anualmente pelo governo até atingir R\$ 151,00 no mês de abril de 2000, tendo aumentado 51% em cinco anos. Já do ano 2000 até o ano 2009, o salário mínimo passou de R\$ 151,00 a R\$ 465,00¹³ aumentando, praticamente, 208% em 10 anos, mostrando a significância do aumento da renda derivada do trabalho.

A mudança da renda não derivada do trabalho por trabalhador foi, também, significativa, sendo de 40% para os dois períodos, com uma proporção de 45% de 2001 a 2003 e de 38% de 2003 a 2007, devido às políticas públicas do final do governo Fernando Henrique Cardoso e do governo Lula.

A escolaridade também contribuiu para a redução da desigualdade da renda per capita, com 30% nas estimativas de Barros *et al* (2010, p. 42). Demonstrando que uma melhora nos níveis de desigualdade educacional e nos diferenciais de remuneração por nível educacional contribuiu para a melhora na distribuição de renda no período de 2001 a 2007. O país que sempre sofreu com a desigualdade social começa a melhorar seus índices no início do século XXI.

¹¹ Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 a 2007 (BARROS *et. al*, 2010, p. 18)

¹² Fonte: Ipeadata

¹³ Fonte: Ipeadata

3.5 POLÍTICAS SOCIAIS DOS GOVERNOS FHC E LULA

3.5.1 Antecedentes

Além da crise monetária vivida no país até 1994, o governo brasileiro não mantinha estabilidade. Com o fim da ditadura militar que perdurou no país de 1964 até 1985, foi eleito o Presidente da República Tancredo Neves por votação indireta, ou seja, a população brasileira não participou da eleição, sendo essa realizada em plenário. O primeiro presidente brasileiro após o Regime Militar não chegou a assumir o cargo, pois veio a falecer antes mesmo de acontecer a posse. O vice-presidente eleito, José Sarney assumiu como presidente e foi em seu governo que se instalou um dos planos econômicos de combate à inflação, o Plano Cruzado, que não conseguiu conter os efeitos desta, considerado um fracasso.

O presidente levou seu mandato até o final, e em 1990 entregou seu cargo para o primeiro presidente eleito por votação direta no país após o Regime Militar, Fernando Affonso Collor de Mello, que governou o país até 1992 quando foi realizado um Impeachment do seu governo, pois escândalos de corrupção e má administração derrubaram-no do poder, entregando seu cargo para o vice-presidente da República Itamar Franco, que implantou em seu mandato o Plano Real e governou até 1995 quando passou a faixa a seu Ministro da Fazenda, eleito pela população, Fernando Henrique Cardoso.

Estando o governo brasileiro abalado por crises políticas e não mantendo uma gestão de longo prazo, o país não conseguia efetuar políticas públicas de distribuição de renda e o Coeficiente de Gini mantinha seus índices em patamares altos.

3.5.2 Governo Fernando Henrique Cardoso 1995 – 2002

As políticas sociais não foram em um primeiro momento o foco do Presidente eleito em 1994, Dr. Fernando Henrique Cardoso, um dos idealizadores do Plano Real assumiu o governo brasileiro em 1995 e teve grandes desafios para consolidar a estabilidade da

economia brasileira, principalmente a estabilização monetária do Plano Real, que vinha sendo criticado pelas crises de déficit da balança comercial, do câmbio e de desemprego no país. O governo, somente em 1996, após 14 meses, instalou um sofisticado programa social para proteger os grupos mais vulneráveis, promover a igualdade de oportunidades e garantir o direito social, o Programa Comunidade Solidária “concebido como uma estratégia inovadora de coordenação das ações federais em parceria com estados, municípios e sociedade segundo os princípios da descentralização e da solidariedade” (DRAIBE, 2003, p. 74).

O Programa Comunidade Solidária era, na realidade um aglomerado de 20 programas sociais de ação simultânea, focalizados de acordo com os critérios territoriais e de renda, ou seja, atingia as regiões mais necessitadas e as comunidades de baixa renda, promovendo uma equidade na distribuição de renda da população. Não era somente o governo que fazia parte do Programa, a sociedade com base em um Conselho gerenciava programas paralelos para o combate à pobreza no país.

Para o programa atingir seus objetivos de geração de empregos, melhor distribuição de renda e crescimento econômico era necessária a estabilidade macroeconômica, o que ainda não estava ocorrendo devido às crises vividas pelo Estado. Entretanto o governo conseguiu avançar com as políticas de transferência de renda como o Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação, diminuindo o número de pobres e indigentes no país. As reformas no ensino fundamental e na área da saúde também contribuíram para a equidade da população.

No segundo mandato, de 1999 a 2002, foi instalado o Programa Comunidade Ativa, o Projeto Alvorada e a Rede de Proteção Social. O Programa Comunidade Ativa em conjunto com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas criava condições para um desenvolvimento local dos municípios de baixa renda. O Projeto Alvorada, criado em 2000, visava a manutenção dos outros programas anteriores em municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil (DRAIBE, 2003, p. 87).

Já a Rede de Proteção Social foi um programa de transferência de renda que englobava diversos programas novos e já existentes em uma rede. Para obter os benefícios, a população de baixa renda teria de efetuar o Cadastro Único, e, de acordo com seu grau de necessidade teria acesso à programas como o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e o Auxílio-gás. É importante destacar que esta rede de programas começou a ser efetiva nos dois últimos anos

do governo, justamente os anos em que começaram a ter uma melhora nos índices de distribuição de renda. Esta, como mencionado anteriormente não teve mudanças significativas no Governo FHC, no período de 1995 a 2000, devido às crises em que o país estava envolto, mas o assistencialismo do governo teve efeitos de curto prazo e em 2001 e 2002 os Programas instalados tinham efeito no coeficiente de Gini, começando a melhorar os dados de distribuição de renda.

3.5.3 Governo Luis Inácio “Lula” da Silva 2003 – 2010

Com a economia brasileira praticamente estabilizada, tirando o período anterior à eleição que proporcionou fuga de capitais e medo ao mercado internacional, o governo do Partido dos Trabalhadores assumiu a presidência da República em 2003, e os projetos sociais eram considerados uma prioridade. Alguns programas do antigo governo, da Rede de Proteção Social foram incorporados ao principal programa de combate à fome e a miséria do novo, o Programa Fome Zero.

Instalado no mesmo ano que o governo de Lula assumiu a presidência, o Fome Zero tinha como principal foco combater a fome e suas causas estruturais, substituindo o Programa Comunidade Solidária do antigo governo.

“[...] o Programa Fome Zero, apesar de seu grande apelo simbólico (tal como o Programa Comunidade Solidária), não apresenta inovações, pelo menos em seu desenho concreto inicial, embora em sua proposta original fique explícita a perspectiva de associar o objetivo da segurança alimentar a estratégias permanentes de desenvolvimento econômico e social e a medidas de cunho mais estrutural (YASBEK, 2004)”

A distribuição de renda no Brasil, que começou a ter uma melhora de acordo com o coeficiente de Gini em 2001 e 2002, não poderia ter sua base de redistribuição de renda alterada, mas poderia ser mais abrangente. O governo criou o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para que fossem centralizadas as ações do Programa Fome-Zero e dentro deste instalou o Programa Bolsa-Família, que unificava os programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás, centralizando a renda a ser repassada para a

camada mais pobre da população, sendo diferente do governo anterior em que cada benefício era coordenado por um ministério diferente.

“Esse programa, ainda no dizer oficial, foi criado para combater a miséria e a exclusão social e para promover a emancipação das famílias mais pobres” (MARQUES *et al*, 2007, p. 20). Com a emancipação, o programa conseguiu abranger 99,9% dos municípios brasileiros beneficiando 11 milhões de famílias, quase 47 milhões de brasileiros¹⁴, com isso se transformou no maior programa de redistribuição de renda do país, sendo, muitas vezes, a principal fonte de renda de muitos municípios. O Bolsa-Família, com certeza, é um programa que causou impacto na distribuição de renda analisada até 2009 pelo coeficiente de Gini, efetivando a melhora tempestiva do índice.

3.5.4 Diferenças e igualdades entre as políticas sociais dos governos FHC e Lula

Como mencionamos anteriormente, o governo Fernando Henrique não tinha em um primeiro momento as políticas sociais como foco, devido a necessidade de estabilização macroeconômica do Estado e às crises que o país sofreu até 1999, entretanto, criou diversos Programas Sociais a partir de 1996 para garantir uma redistribuição de renda para a população, retirando da faixa de pobreza e indigência 10 milhões de pessoas. Os programas sociais eram gerenciados separadamente em diversos ministérios, criando diferentes graus para garantir os benefícios e uma descentralização da responsabilidade sobre estes.

O governo de Lula tinha como objetivo principal as políticas sociais e garantiu a partir de melhorias nos programas sociais do governo anterior, maior grau de abrangência e centralização da distribuição dos recursos, garantindo melhores resultados.

O que não foi alterado em ambos os governos foi a formalização dos direitos dos cidadãos brasileiros, os programas instalados foram tratados como um assistencialismo e dever moral humanitário, não sendo constituído como um direito da classe mais pobre, ficando a mercê de mudanças governamentais ou do término dos programas, o que pode

¹⁴ Dados de maio de 2006, Fonte: MARQUES *et al*, 2007

acontecer a qualquer momento (MARQUES *et al*, 2007, p. 20). Isso ocorre devido às novas intervenções de transferência direta da renda não estarem contempladas na Constituição federal de 1988 (COSTA, 2009, p. 704). Apesar disso, houve um acréscimo em ambos os governos nos direitos do cidadão brasileiro com a reforma da previdência social e com um foco maior às políticas de educação e saúde no país, o que se constitui como um direito, previsto na legislação nacional.

Outro detalhe importante é o teto de renda para recebimento dos benefícios, que até novembro de 2011 era de R\$ 70,00 para ser considerada extrema pobreza e de R\$ 70,01 a R\$ 140,00 para ser considerada pobreza. A renda declarada per capita do cidadão poderia garantir benefícios de até R\$ 306,00 dependendo da situação em que se encontra. Esse patamar sofre diversas críticas, primeiramente devido ao valor recebido não estar próximo ao valor do salário mínimo federal, que atingiu em fevereiro de 2009 o piso de R\$ 465,00. “Isso significa que na definição dessa política não está sendo considerado sequer o parâmetro salário mínimo” (MARQUES *et al*, 2007, p. 20). E, também, devido ao teto considerado de pobreza ser de R\$ 140,00, não garantindo os benefícios a um cidadão que tem renda de R\$ 140,01 mensais, por exemplo.

Os programas sociais dos dois governos, principalmente, após a estabilização da economia brasileira nos anos 2000 foram fundamentais para a distribuição de renda, mesmo tendo cada um a suas diferenças e prioridades.

4 A ESTABILIDADE MONETÁRIA E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

4.1 A INFLUÊNCIA DA INFLAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

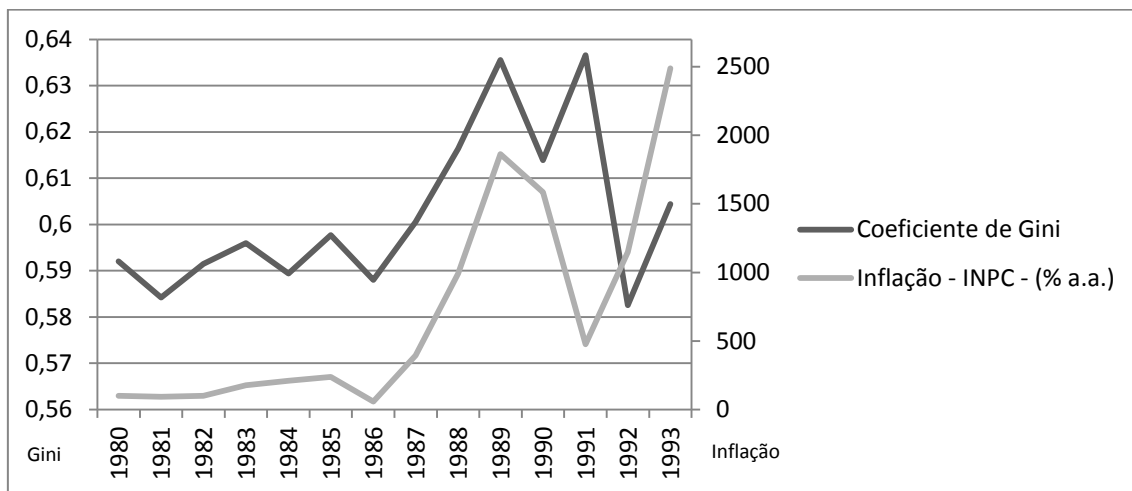
A inflação descontrolada tem uma contribuição importante para que uma nação sofra com a desigualdade da renda. Hoffmann (2001, p. 70) argumenta que no ano de 1989, a inflação acelerada contribuiu para que a desigualdade de renda chegasse ao ponto máximo no Brasil e o maior entre todos os países pesquisados pelo coeficiente de Gini, mostrando a correlação que a inflação mantém com a desigualdade de renda. Ele também especifica que um dos motivos pelo qual a inflação desordenada cria a desigualdade na renda é que as pessoas erram ao declarar seus rendimentos, introduzindo aos dados um “ruído” adicional que aumenta as medidas de desigualdade, mas isso não altera o fato da perda de valor real da moeda ocasionado pela inflação em que a classe mais pobre da sociedade tem menor capacidade de se defender, enquanto os ricos se protegem da erosão inflacionária colocando sua renda em fundos bancários.

Cardoso (1992, p. 2) menciona que, se o Estado não se encontra em um estágio de pleno emprego, a inflação causa a pobreza através do impacto que ocasiona nos salários reais, em que os preços dos produtos sobem mais que os salários nominais. Assim, a população não consegue mensurar essa desvalorização contínua do seu salário e acaba causando a desigualdade na renda. Além disso, o imposto inflacionário reduz o rendimento disponível no mercado. O sofrimento maior com a perda da renda, de acordo com Cardoso (1992, p. 5) é da classe média, apagando a economia dessa classe, reduzindo o poder de poupança, isso ocorre porque essa classe não consegue salvar os seus rendimentos. Os mais pobres não têm uma alteração significativa na sua renda, pois não conseguem ter um rendimento que faça com que eles percam a pequena renda que têm com a inflação, pois trabalhando já gastam o que recebem. Entretanto, discordando de Cardoso, os mais pobres sofrem mais com o imposto inflacionário, devido, justamente a esta já não ter rendimentos altos e ainda estes serem consumidos pelas taxas de inflação, causando uma maior pobreza e maior desigualdade social. Talvez o que Cardoso quisesse demonstrar é que, proporcionalmente, a classe média

perca mais que a classe pobre. Mas esta última não consegue sair de seu patamar de pobreza e pode piorar sua situação.

Para melhor entender como a inflação atinge a distribuição de renda no país, verificamos o seguinte gráfico com o coeficiente de Gini no Brasil e as taxas de inflação anuais de 1980 a 1993, quando o país teve taxas significativas de inflação anuais.

Gráfico 7: Distribuição de Renda e Inflação – 1980 - 1993



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Ipeadata e do IBGE (Coeficiente de Gini de 1980 e 1991)

É possível analisar que há uma correlação entre os índices de Gini medidos no Brasil e as taxas de inflação anuais, em que o índice, mesmo tendo um aumento em 1991 enquanto a inflação reduz, volta a cair no ano seguinte, acompanhando a inflação novamente. Esse gráfico especifica o porquê de o governo buscar a estabilização da economia, já que o cenário adverso contribuiu para o aumento da desigualdade e da pobreza, prejudicando o país. Além disso, o governo não consegue efetuar um planejamento para suas políticas monetárias, fiscais e sociais.

A inflação é controlada depois do grande esforço do governo e da implantação do Plano Real, que em um primeiro momento não contribuiu para a diminuição dos índices de desigualdade da renda no Brasil. Houve um grande período de desemprego não havendo como diminuir a desigualdade. Isso é explicado por Barboza (2008, p.10), demonstrando que o controle da inflação com altas taxas de juros, como foi o caso do Brasil com o Plano Real, poderia diminuir o crescimento e causar o desemprego, com um maior número de desempregados, o crescimento da desigualdade poderia acontecer. Entretanto não há no Brasil

um aumento da desigualdade social, ocorre uma estabilização da distribuição de renda com índices muito altos de desigualdade.

Até 1999, as baixas taxas de inflação não conseguiram exercer uma influência significativa na distribuição de renda. O principal foco do governo era manter a inflação baixa e combater o desemprego que crescia com a crise econômica. “O índice de Gini diminuiu de 0,609 em 1993 para 0,600 em 1999 [...] comprova a inaceitável estabilidade de desigualdade de renda no Brasil” (HOFFMANN, 2001, p. 71).

Em períodos de crise econômica e desemprego, é natural que a desigualdade da distribuição de renda tenha um aumento. Entretanto, no país isso não acontece, ocorre a estabilização dos índices de distribuição da renda e a diminuição da taxa de pobreza e indigência, de 19,5% e 41,7% em 1993 para 14,5% e 34,1% em 1999, respectivamente. (BARROS *et al*, 2000, p. 3)

Com a inflação atingindo patamares baixos em comparação com os anos 80, o governo conseguiu garantir um planejamento, com políticas sociais voltadas às classes de baixa renda, com isso o percentual de pessoas pobres diminuiu no período, mesmo que não houvesse a melhora dos índices de distribuição de renda. Os índices não tiveram uma melhora nos primeiros anos do Plano Real, porque com a taxa de desemprego aumentando, o controle da inflação não conseguiu garantir o avanço desejado na distribuição dos recursos, mas o desemprego também não aumentou a desigualdade social como poderia ocorrer em outras situações.

4.2 COMO A INFLAÇÃO CONTROLADA INFLUIU NA MELHORA DA DISTRIBUIÇÃO A PARTIR DOS ANOS 2000

Com o Regime de Metas para a inflação entrando em vigor em 1999, e nos dois primeiros anos estando abaixo do nível máximo estabelecido, a população e as empresas começaram a mensurar a inflação nacional de uma forma mais segura. O desemprego estava começando a estabilizar seus índices em uma taxa de equilíbrio. Isso contribuiu para que a

distribuição de renda da população começasse a apresentar uma melhora nos índices de desigualdade.

Com o retorno do país ao crescimento, e a inflação atingindo patamares baixos, com metas pré-estabelecidas e políticas monetárias sustentáveis para a manutenção dos baixos índices de inflação garantiram uma melhor transferência de renda, principalmente derivada do trabalho. O salário mínimo do país teve uma alta considerável no período, real e nominal, garantindo essa maior distribuição de renda pelo trabalho. A transferência de renda do governo veio por políticas de distribuição de renda, possíveis quando a inflação perdeu força nos anos 2000.

Barboza (2008, p. 12) estabelece por meio de diversas teorias monetárias, os motivos pelo qual a desigualdade diminui, no longo prazo (o que, de acordo com o autor, corresponde ao tempo mínimo de cinco anos), quando a inflação tem seus índices baixos, ocorrem uma valorização real dos ativos monetários, do valor real de receitas não indexadas e o crescimento de longo prazo. Tudo contribui para que a desigualdade na distribuição da renda tenha uma melhora nos seus índices.

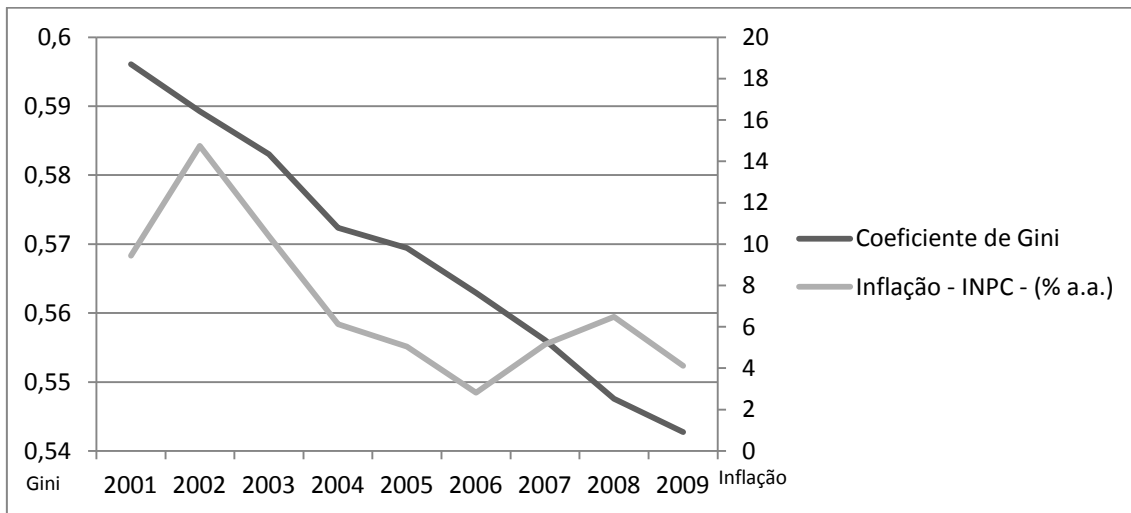
“Os mais pobres possuem menor acesso a serviços financeiros, [...] desta forma, eles têm que poupar relativamente mais com ativos monetários, isto é, na falta de crédito e da possibilidade de comprar títulos ou ações, precisam carregar mais moeda ao longo do tempo. Assim, se a inflação é reduzida, sua poupança passa a perder menos valor e cai a desigualdade de renda no longo prazo, [...] o que é reforçado pelo efeito positivo também sobre os salários e transferências não indexados. [...] Esses dois efeitos resumem os impactos do “imposto inflacionário”, que é a perda do valor real dos ativos monetários gerada por políticas monetárias expansionistas” (BARBOZA, 2008, p. 11).

A diminuição dos índices de inflação reduziu, no Brasil, o chamado imposto inflacionário, mas a crise econômica e a falta de crescimento econômico da década de 90 no país ainda não permitia que os índices de desigualdade tivessem uma redução. Como é explicado por Barboza (2008), com a volta do crescimento econômico em um país com índices de inflação reduzidos, cria uma tendência a uma melhor distribuição de renda.

“Se a inflação de um país é inicialmente alta e crônica seu controle também pode gerar crescimento econômico [...] devido a uma maior estabilidade macroeconômica. [...] Como teorizamos que o emprego do trabalhador menos qualificado pode ser mais afetado por oscilações do produto, entende-se que esse fator pode possuir impacto positivo sobre a distribuição de renda. (BARBOZA, 2008, p. 11)”

Podemos perceber que as citações de Barboza em um processo empírico se fazem reais, e o Coeficiente de Gini tem uma tendência de queda com a inflação controlada no Brasil nos anos 2000, com o crescimento econômico ocorrendo no país. Com a inflação atingindo níveis de no máximo 14,74% em 2002, pelos dados do INPC¹⁵, a desigualdade na distribuição da renda começa a ter uma diminuição anual constante.

Gráfico 8: Inflação e Coeficiente de Gini – 2001 - 2009



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Ipeadata.

4.3 O FUTURO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL COM A INFLAÇÃO CONTROLADA

Constatamos que a desigualdade na distribuição de renda do Brasil vem diminuindo com o passar dos anos, principalmente a partir dos anos 2000. O Coeficiente de Gini tem reduzido seu índice em uma média de 0,007 pontos ao ano de 2000 a 2009, uma redução

¹⁵ Fonte: Ipeadata

considerável em se tratar de um país que sempre teve dificuldades para melhorar a distribuição de renda.

Com esse ritmo de melhora, é estipulado por Soares (2008) o tempo para que o Brasil atinja níveis de distribuição compatíveis com alguns países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Foram utilizados os dados do México, dos Estados Unidos da América e do Canadá, países grandes da América que tem índices de distribuição de recursos melhores que o Brasil. Países continentais da União Européia, como Dinamarca, Noruega e Suécia, por exemplo, foram considerados inatingíveis pelo autor em um primeiro momento.

A um nível de melhora de 0,007 pontos no índice de Gini ao ano, o autor considera que o Brasil poderia igualar seu coeficiente com o do México em 6 anos, a partir do ano de 2007. O México é um país que se parece com o Estado brasileiro geograficamente e em cultura étnica, e tem o Coeficiente de Gini mais parecido com o brasileiro, é um dos menos desiguais entre os países “grandes” da América Latina. Seria, para um primeiro momento, um nível de distribuição de renda para o Brasil se espelhar.

Em um nível superior, mas em constante crise nos seus dados de distribuição de renda, está os Estados Unidos, o país mais industrializado do mundo está com seu coeficiente de Gini em constante elevação. Se o Brasil mantivesse o nível de queda nos seus índices de distribuição, atingiria o mesmo grau que em 2008, tinha o Estado americano em 12 anos.

Já o Canadá é um país que tem uma política séria de bem-estar social, e teve uma manutenção do coeficiente de Gini nos últimos 30 anos. Com o ritmo de melhora que o Brasil vem tendo nos últimos anos nos seus índices de distribuição de renda, é possível, de acordo com Soares (2008) chegar aos mesmos níveis de desigualdade que o Canadá em 2030.

São dados que demonstram que o Brasil está tendo uma melhora nos níveis de desigualdade e que pode, com esse ritmo almejar melhores índices. Entretanto a manutenção do ritmo dessa melhora por 20 anos é algo difícil de ser alcançado. Foram pesquisados no artigo de Soares diversas melhoras no coeficiente de Gini em países da OCDE e nenhum destes teve uma redução de 0,007 pontos no nos períodos de maior queda de desigualdade, sendo que alguns países como a Suécia manteve uma redução de 0,005 pontos no índice com

22 anos de duração. É considerado um desafio a ser vencido pelos próximos governos e pelas futuras gerações manter esse ritmo de queda da desigualdade que o Brasil tem hoje.

5 CONCLUSÃO

Barboza (2008, p. 9) cita que “são os diferentes níveis de desigualdade que geram, como resultado, diferentes níveis de inflação em cada sociedade”. Essa citação mostra o que ocorreu no Brasil no seu desenvolvimento no século XX. A desigualdade da renda devido aos problemas étnicos e sociais caracterizou diferentes níveis de inflação e o país se desenvolvia, mesmo com esses índices altos, com o Processo de Substituição de Importações, mas na década de 80 o desenvolvimento não acontecia mais e os Planos Econômicos se voltaram para acabar com a inflação no país, pensando que esta era a grande responsável pela falta do crescimento, corroendo a renda da população. O mercado internacional não fornecia crédito aos países considerados subdesenvolvidos e as políticas públicas sociais não eram feitas, pois eram concentradas em acabar, primeiramente, com a inflação. Além disso, o Congresso Nacional estava envolto em escândalos de corrupção e má administração, tendo até mesmo o Impeachment do Presidente eleito, Fernando Collor de Mello em 1992.

Em 1994 foi implantado o Plano Real que, após larga espera teve condições de controlar a inflação no país. Os especialistas acreditavam que em conjunto com a estabilização os índices de distribuição de renda iriam melhorar. Não foi exatamente o que ocorreu, o país passou por períodos difíceis de desemprego e balança comercial negativa, importando produtos industrializados, pois estes estavam com preços mais atrativos e com maior qualidade que os nacionais no mercado. O país, mesmo sem sofrer com a inflação sofria com outros problemas macroeconômicos que não possibilitaram a melhora repentina da distribuição de renda. Além disso, o governo ainda não tinha como foco principal as políticas de transferência de renda, o primeiro passo era o equilíbrio econômico, e com ele, as políticas sociais que estavam sendo implantadas iriam fazer efeito.

Isso demonstra que um país com inflação elevada e descontrolada não proporciona o cenário ideal para políticas sociais e para o planejamento socioeconômico, mas o controle da inflação em 1994 possibilitou o recomeço das políticas públicas e a crise que se instalou até 2000 não alterou, significativamente, o Coeficiente de Gini medido no Brasil.

A partir dos anos 2000 se verifica uma melhora no índice mais utilizado de distribuição de renda do mundo: o Coeficiente de Gini cai, em média, 0,007 pontos ao ano, mostrando que o país caminha a passos largos para uma situação digna de vida para todos os seus habitantes e, se manter o ritmo de melhora, poderá alcançar níveis excelentes, como o do Canadá, em 2030. O alto progresso na distribuição é derivado, principalmente da situação favorável em que o país se encontra, sem crises econômicas e com uma estabilidade macroeconômica que era difícil de prever 20 anos atrás.

Analisando os dados podemos concluir que a inflação tem grande influência na distribuição de renda, pois nos períodos de alta inflação os índices de desigualdade social no Brasil seguem a mesma linha do excessivo aumento de preços, com o Coeficiente de Gini elevando-se de maneira abrupta, praticamente proporcional ao aumento da inflação, como especificado no gráfico 3. Quando o governo brasileiro conseguiu controlar as taxas de inflação, a distribuição de renda não sofreu alteração significativa até 2000, devido aos anos de crise, mas também não houve um aumento da desigualdade, mantendo estáveis os índices do Coeficiente de Gini no Brasil, demonstrando que, mesmo com crises de desemprego, a estabilidade nos preços manteve a distribuição de renda constante.

Em 1999, quando houve a flexibilização do câmbio, o país voltou a ter uma arma contra o desemprego e o governo implantou o Regime de Metas para a inflação, para continuar controlando o índice geral de preços. As políticas sociais começavam a fazer efeito, com um planejamento de longo prazo podendo ser realizado e a distribuição de renda aumentou seus índices anualmente a partir do ano 2000. Grande parte dessa melhora é derivada da estabilidade monetária e econômica em que o país se encontra e das políticas públicas, que graças a essa estabilidade, puderam ser efetuadas com qualidade.

O objetivo deste trabalho foi verificar se a implantação do Plano Real com o controle da inflação contribuiu para que houvesse a diminuição da desigualdade no país. Podemos verificar que o controle do índice de preços no Brasil contribuiu para uma mensuração do valor real da moeda e do valor do trabalho, auxiliando o país a desenvolver um planejamento para o desenvolvimento, incluindo a distribuição de renda. Quando o país conseguiu a estabilidade macroeconômica, as políticas públicas demonstraram força e a melhora da distribuição de renda se tornou aparente. Em 10 anos o Brasil reduziu seu Coeficiente de Gini

de 0,606 em 2000 para 0,542 em 2009¹⁶ demonstrando a capacidade da estabilização e as políticas públicas interferirem no grau de distribuição.

A análise dos dados de Soares (2008) demonstra que o Brasil está com políticas adequadas de distribuição de renda, melhorando gradativamente em um ritmo excepcional, mas para manter esse ritmo é necessário manter a estabilidade monetária e as políticas públicas sociais, desenvolvendo o país para um Estado de Bem-Estar Social, ou *Welfare State*, onde condomínios de luxo não poderão estar ao lado de imensas favelas e todos os cidadãos podem ter uma vida digna e de qualidade.

¹⁶ Fonte: IBGE (2000) e Ipeadata (2009)

6 REFERÊNCIAS

ALBANESI, S. Inflation and Inequality. Journal of Monetary Economics, 2006. Disponível em: <10.1016/j.jmoneco.2006.02.009>. Acesso em: mai. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 10 anos de metas para a inflação. 2011. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/Metas/10_anos_metas_inflacao_completo.pdf>. Acesso em: abr. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Carta aberta do presidente do Banco Central ao Ministro da Fazenda. 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/carta.pdf>>. Acesso em: ago. 2011

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Carta aberta do presidente do Banco Central ao Ministro da Fazenda. 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/carta2003.pdf>>. Acesso em: ago. 2011

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Carta aberta do presidente do Banco Central ao Ministro da Fazenda. 2004. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/carta2004.pdf>>. Acesso em: ago. 2011

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Histórico de Metas para a inflação. 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/metase/TabelaMetaseResultados.pdf>>. Acesso em: ago. 2011

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Regime de Metas para a inflação no Brasil. Série perguntas mais frequentes. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ10-Regime%20de%20Metas%20para%20a%20Infla%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: jun. 2011

BARBOZA, A. L. M. A Relação entre inflação e distribuição de renda. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2008.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000

BONELLI, R; RAMOS, L. Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. Revista de Economia Política, vol. 13, n. 2 (50), abr-jun. 1993.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social – Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm> Acesso em: abr. 2011.

BRASIL. Lei no 9.069 de 29 de junho de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9069.htm> Acesso em: mai. 2011.

CARDOSO, E. Inflation and Poverty. NBER Working Paper Series. N. 4006, 1992. Disponível em <http://www.nber.org/papers/w4006.pdf?new_window=1> Acesso em: abr. 2011.

CARVALHO, C. E. As origens e a gênese do Plano Collor. Nova Economia, vol.16, nº 01, p. 101-134.

CASTRO, A. B. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90. Uma interpretação. Revista de economia política, São Paulo, vol.21, n. 3(83), p. 3-25, 2001.

COSTA, N. R. A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula. Ciência e saúde coletiva, n. 14 (3), p. 693-706, 2009.

DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. Tempo Social, São Paulo, vol. 15, n. 2. p. 63-101, 2003.

FISCHER, S. Why are central Banks pursuing long-run stability? Federal Reserve of Kansas City, 1996

FRANCO, I. Lançamento do Plano Real. Brasília, 30 jun.1994. Pronunciamento público.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil, 7a ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1967.

HOFFMANN, R. A distribuição de renda no Brasil no período 1992-2001. Economia e Sociedade. Campinas, vol. 11, n. 2 (19), p. 213-235, jul./dez. 2002.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda e crescimento econômico. In: HOFFMANN, R. et al. Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo. Estudos Avançados. vol. 15 (41), Scielo Brasil, São Paulo, 2001, p. 67-76

HOFFMANN, R. DUARTE, J. C. A distribuição de renda no Brasil. Revista de Administração de Empresas. vol. 12 (2), p. 46-66, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Notas sobre a PNAD. Síntese de indicadores sociais 2002. 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/notatecnicapnad.pdf>> Acesso em: set. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Ipeadata. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: mar. 2011.

KRUGMAN, P. R. Economia internacional: teoria e política. Tradutor técnico Eliezer Martins Diniz. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005

LACERDA, A. C.. Plano Real: entre a estabilização duradoura e a vulnerabilidade externa. In: KON, Anita (org.). Planejamento no Brasil II. São Paulo: Perspectiva, 2010, 2ª Ed, p. 195-224.

LAFER, C. O planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, B. M. (org.). Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 29-50.

LOPES, L. M.; VASCONCELLOS, M. A. (org.). Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário. 2. ed. 10. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, R. M.; MENDES, A. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. Revista Kátal. Florianópolis. v. 10, n. 1, p. 15-23, 2007.

MARTONE, C. L. Análise do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964-1966). In: LAFER, B. M. (org.). Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 69-89.

RAMALHO, V. Simonsen, pioneiro da visão inercial da inflação. Revista brasileira de economia. Rio de Janeiro, vol.57, n. 1, p. 223-238, 2003.

SANDRONI, P. Novíssimo dicionário de economia. São Paulo: Best Seller, 1999.

SICSÚ, J. Expectativas inflacionárias no regime de metas de inflação: uma análise preliminar do caso brasileiro. Economia aplicada. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 4, p. 703-711, 2002.

SILVA, M. L. F. Plano Real e âncora cambial. Revista de economia política, São Paulo, vol. 22, n. 3 (87), p. 3-24, 2002.

SIMONSEN, M. H. Inflação: gradualismo x tratamento de choque. Rio de Janeiro, APEC, 1970.

SOARES, S. O ritmo de queda na desigualdade no Brasil é adequado? Evidências do contexto histórico e internacional. Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. História do Brasil. São Paulo: Editora Scipione, 1997.

YASBEK, M. C. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. São Paulo em Perspectiva, n. 18(2), p. 104-112, 2004.